

# Mudando a prioridade

- 8 FEV 1995

EDGAR LISBOA

Educação

JORNAL DE BRASÍLIA

América Latina.

Assim, paradoxalmente, num país em que um terço da população vive na miséria, as universidades estatais — sabemos todos — estão a serviço das classes abastadas e da alta classe média, que poderiam muito bem pagar o ensino superior de seus filhos.

E a contabilidade dessas universidades é uma verdadeira caixa preta, da qual o MEC não tem nenhum controle. Seria muito interessante, por exemplo, se a Presidência da República e o Ministério da Educação pudessem publicar a lista dos professores universitários que ganham mais do que o presidente da República.

Ao mesmo tempo em que reduz os repasses para as universidades, em favor do ensino básico, o Governo quer que os recursos sejam administrados diretamente pelas professoras e diretoras das escolas. Com isso, se evita a maracutaia que ocorre com frequência quando as verbas vão parar nas prefeituras.

Um outro ponto, defendido pelo presidente e pelo novo ministro, diz respeito à necessidade de treinamento intensivo dos professores. O MEC espera contar com o apoio da iniciativa privada com o uso, por exemplo, das redes de televisão para esta mobilização nacional. Esse é o termo correto: mobilização. Mobilização da sociedade, dos pais, dos professores, das empresas, de todos os que estão envolvidos com a educação neste País.

Chegou, portanto, a hora de

mudarmos a prioridade da educação no Brasil. Temos de colocar o ensino básico na frente das universidades. Aliás, com relação às universidades públicas, é bom que se diga que elas estão necessitando uma sacudida em regra — o ministro, que foi reitor da Unicamp, e o presidente, que foi professor da USP, sabem muito bem disso.

Foram estarrecedoras as conclusões do relatório final da CPI — capitaneada pelo senador João Calmon — sobre o ensino superior público no Brasil. No documento, o senador informou que, entre outras distorções, as matrículas dos cursos superiores públicos no Brasil concentram-se em nove áreas das ciências humanas e sociais. Nada contra as humanidades, mas a verdade é que nosso mundo é marcado pelo desenfreado desenvolvimento científico e tecnológico.

O senador Calmon, um dos maiores especialistas em educação no Brasil, concluiu que as universidades federais devem ser pagas, mesmo que as mensalidades arrecadadas sirvam para quitar uma parcela mínima de suas despesas. Esta talvez sejam uma boa idéia para o ministro Paulo Renato Souza na sua farefa de por fim, canalizar os recursos da educação para os setores realmente carentes. Mas é um assunto para ser tratado após o debate nacional sobre o ensino básico.

■ Edgar Lisboa é jornalista e diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

O pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem — quando lançou o programa Acorda Brasil — Está na Hora da Escola —, foi a reafirmação das diretrizes de seu governo para a educação. Diretrizes que já haviam sido especificadas pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que no início desta administração vem, se destacando entre seus pares. O discurso de FHC e as entrevistas de Paulo Renato Souza trouxeram à discussão uma série de aspectos importantes que vinham sendo esquecidos no debate nacional sobre a delicada questão do ensino.

A declaração mais bombástica do ministro foi a de que o dinheiro que se emprega em educação no Brasil é mais do que o suficiente. O problema é que estas verbas são mal-empregadas a informação surpreende porque estávamos acostumados à cantilena da falta de dinheiro.

Na verdade, o lobby de certos setores da educação, ano após ano, vinha repetindo que os recursos para o ensino eram insuficientes. A mentira repetida tornou-se verdade e passamos a acreditar nela.

A meta fundamental do programa deste governo diz respeito à necessidade de canalizarmos a maior parte dos recursos para o ensino básico. A verdade é que a União gasta dinheiro em excesso com as universidades federais, embora este seja um país que ostenta os mais vergonhosos índices de analfabetismo da